

Avaliação do Potencial Turístico da Aldeia Guarani Boa Vista do Sertão do Promirim, Ubatuba/SP.

Rodrigo de Campos Macedo

*Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento – IPD; Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP.
macedo@dsr.inpe.br*

Wilson Cabral Souza Jr.

Instituto de Tecnologia Aeronáutica – ITA. wilsonjr_br@yahoo.com.br

Resumo: O conhecimento do potencial turístico é uma demanda de muitos que se interessam em empreender e/ou incrementar formas de geração de renda que aproveitem amenidades naturais e culturais. Acredita-se que o turismo pode ser uma atividade econômica que as valorize e, conseqüentemente, incentive a conservação destes recursos. Avaliar corretamente o potencial a ser explorado por atividades turísticas é imprescindível para futuros empreendimentos; para isto, torna-se necessária a utilização de métodos e ferramentas de avaliação, tais como diagnósticos e inventários dos atrativos turísticos. Este trabalho avaliou o potencial turístico existente na Aldeia Boa Vista, realizando-se um diagnóstico e um inventário dos atrativos, definindo-se roteiros e sugerindo-se alternativas. Os objetivos propostos foram atingidos e os métodos adotados foram aplicáveis para o problema em questão.

Palavras-chave: Guarany; Etnoturismo; Diagnóstico

1. Introdução

As comunidades indígenas, historicamente, sofreram drásticas mudanças em sua economia tradicional, desde a chegada dos não-índios. Os territórios em que hoje vivem – reduzidos em extensão, exauridos em seus recursos naturais, com terras de baixa produtividade, com pouca ou nenhuma área de caça, pesca, coleta e agricultura – são bastante diferentes daqueles que os abrigavam antes do ano de 1500 e que lhes davam perfeitas condições de manter-se segundo seus modos tradicionais. Por outro lado, o contato intenso com a "civilização" ocidental introduziu nas sociedades indígenas a necessidade de consumo de produtos manufaturados. Observa-se que quando as sociedades indígenas encontram a sociedade dos não-índios imediatamente se instaura uma relação de dependência.

As trocas mercantis entre os Guarani e a sociedade urbano-industrial ocorrem desde o início da colonização ibérica. As principais formas de renda utilizada pelos Guarani são a comercialização de produtos florestais e os serviços (mão-de-obra braçal). Com a redução das áreas passíveis de utilização, as assistências governamentais passaram a ter maior relevância. Atualmente, não há grandes programas assistenciais como no passado, assim a necessidade de coexistir formas de geração de renda com a conservação cultural é premente. Surgem as possibilidades de agregação de valor nos produtos florestais (artesanatos, compotas, etc.) e as atividades econômicas relacionadas ao turismo.

O conhecimento do potencial turístico é uma demanda de muitos que se interessam em empreender e/ou incrementar formas de geração de renda que aproveitem amenidades naturais e culturais. Acredita-se que o turismo pode ser uma atividade econômica que as valorize e, conseqüentemente, incentive a conservação destes recursos. Avaliar corretamente o potencial a ser explorado por atividades turísticas é imprescindível para futuros empreendimentos; para isto, torna-se necessária a utilização de métodos e ferramentas de avaliação, tais como diagnósticos e inventários dos atrativos turísticos.

Os recursos naturais da região, embora possam prover os índios de madeira para o fogo, construção das casas e singelos utensílios domésticos e artesanatos e palmito para venda, além de fornecer alguma caça e pesca ocasional, não são suficientes para garantir-lhes a subsistência. A maior parte dos alimentos consumidos é proveniente da Funai (Escola Indígena) ou comprada na cidade, sendo que a renda origina-se na venda de palmitos e de artesanatos, praticados em pequena escala. Além disso, alguns membros da comunidade realizam trabalhos remunerados, e outros recebem aposentadoria¹.

Os Guarani residentes na Aldeia Boa Vista expressaram o desejo de estruturar e organizar atividades econômicas relacionadas ao turismo. Esta demanda é compatível com a estratégia que permeia as ações em andamento na Aldeia²: disponibilizar formas de geração de renda compatíveis com a conservação dos recursos naturais e culturais, visando principalmente, reduzir a pressão sobre a extração de *Euterpe edullis* (palmito juçara), renda garantida e espécie-chave para a Mata Atlântica.

Experiências promissoras tais como o Projeto Conservação dos Recursos Naturais através do Turismo Ecológico e da Gestão Participativa na região de Silves/AM e a Capacitação de Guias Turísticos no Cambury/SP evidenciam o benefícios social destas ações.

O turismo possui riscos, principalmente relacionados às alterações na qualidade dos recursos naturais e culturais. É muito importante que haja planejamento prévio, com cálculos para capacidade de carga e pesquisas sobre a influência do turismo na aculturação.

Este trabalho pretende avaliar o potencial turístico existente na Aldeia Boa Vista, realizando-se um diagnóstico e um inventário dos atrativos, sugerindo-se alternativas.2. Formatação a ser utilizada

2. Revisão Bibliográfica

Os Guarani

O contato entre os Guarani e a civilização ocidental ocorre desde o século XVI. (MONTEIRO, 1994; RIBEIRO, 1995; FELIPIM, 2001). Os primeiros registros sobre este povo, também chamado de Carijó, Tapes, Aranchã, entre outros, foram feitos por cronistas, viajantes e jesuítas (FELIPIM, 2001). Pode-se dizer que os principais agentes depopulativos e deculturativos dos Guarani foram os bandeirantes e os jesuítas (MONTEIRO, 1994). Perfazem hoje um total de 35.000 indivíduos (FUNAI, 2001). Habitam os seguintes países: Paraguai, Argentina e Brasil, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. (ISA, 2002). Dividem-se em três subtribos: *Kaiowá*, *Nhandeva* e *Mbyá*, com costumes e dialetos diferentes, embora guardando certa semelhança entre si (SCHADEN, 1974). Os Guarani *Mbyá* são os que atualmente mais se preservam da sociedade não-índia. São também os menos influenciados pelo cristianismo. Os *Mbyá* possuem características “nômades”. Este grupo mantém uma referência de um território tradicional, de limites não muito claros (para a sociedade não-índia). As migrações são feitas dentro dos limites do território tradicional (CHEROBIM, 1986; CHASE-SARDI; 1992; LADEIRA, 1992; FELIPIM, 2001). Este hábito lhes assegura certa manutenção de seu espaço geográfico. Além disso, dificulta a assimilação de hábitos das populações vizinhas (CHEROBIM, 1986; FELIPIM, 2001). Os locais onde se assentam, conhecidos pela sociedade não indígena como aldeias, são por eles denominados de *Tekoá*, que são áreas onde podem viver de acordo com seus padrões culturais (LADEIRA, 1992; FELIPIM, 2001). Importante assinalar que atualmente *Tekoá* algum lhes garante auto-suficiência. Assim sendo, muitas migrações se fazem devido à escassez de recursos. Entretanto, raramente um *Tekoá* é

¹ CPI-SP – Plano de Negócio

² FUNAI, FNMA, CPI-SP – Aprimoramento da cadeia de custódia de artesanatos, Manejo de palmito juçara, Mapeamento e revisão dos limites da TI, Construção da Casa de Cultura e Melhorias na infra-estrutura, tais como vias de acesso, energia elétrica e saneamento básico.

totalmente abandonado, havendo um revezamento de famílias que o ocupam (GARLET, 1997; FELIPIM, 2001). Finalmente, a mobilidade *Mbyá* tem um forte apelo cultural, visto que desde o século XVI há registros de migrações conduzidas por líderes religiosos – os *carai*, (homens-deuses) – em busca da *Yvy- Marãey*, (a terra sem males), que pode ser alcançada a partir de algum ponto do litoral brasileiro (SCHADEN, 1974; NIMUENDAJÚ, 1987; LADEIRA, 1992; 2000; CICCARONE, 2000; VIETTA, 2000; FELIPIM, 2001). Schaden (1974), correlaciona essas migrações de caráter messiânico, conduzidas por um líder religioso, à crise cultural. Essa crise poderia ser tema de diversas teses científicas, dada a riqueza dos aspectos que a compõe, mas pode-se afirmar que os Guarani vêm vivendo uma crise de valores devido a impossibilidade de viverem de acordo com seus padrões tradicionais. Esta impossibilidade é causada por vários fatores, tais como o contato com novos valores, a incapacidade de seus mitos e preceitos em dar explicações satisfatórias acerca da nova realidade que agora os cerca, e a degradação ambiental das regiões onde habitam.

Turismo – Algumas definições

Turismo pode ser definido como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e cordialmente satisfazer suas necessidade e desejos. (ROBERT MCINTOSH, 1977). É a soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não-residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória. (HUNZIKER E KRAPF, 1942). A OMT (1968) convencionou que:

- Turistas são visitantes temporários que permaneçam pelo menos vinte e quatro horas no país visitado, cuja finalidade da viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer, negócios, família, missões e conferência;
- Excursionistas são visitantes temporários que permaneçam menos de vinte e quatro horas no país visitando;
- Atrativos naturais são elementos do espaço geográfico que constituem a paisagem – recurso turístico importante. Serão identificados e indicados no inventário pela sua importância para uso turístico;
- Atrativos turísticos são lugares, objetos ou acontecimentos de interesse turístico, que motivem o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los.

O turismo e o meio ambiente estão intrinsecamente ligados e são interdependentes. Devido ao grande crescimento do mercado de turismo, há a necessidade de encontrar formas de melhorar a relação entre os dois e torná-lo mais sustentável. Isto poderia envolver:

- Pensamento holístico e o conceito de ecossistemas;
- Controle de impactos negativos;
- Encorajamento de práticas corretas;
- Manutenção de um senso de proporção;
- Despertar da consciência entre os turistas e a indústria do turismo;
- Preço pago para cobrir o custo ambiental do turismo;
- Manutenção do equilíbrio entre conservação e desenvolvimento.

De acordo com Swarbrook (2000), o ecoturismo não é necessariamente sustentável. Os ecoturistas não estão inicialmente motivados por um desejo de proteger o meio ambiente, mas sim, de ver o ecossistema nativo em primeira mão. Se o ecoturismo tiver de crescer em uma área sem regulamentação, poderia facilmente tornar-se tão prejudicial quanto outras formas de turismo. Na verdade, por tender a ocorrer em áreas com ecossistemas frágeis e raros, ele poderia ser até mais prejudicial. Isso é particularmente verdade porque os ecoturistas estão sempre procurando novos destinos, mais exóticos que os anteriores, ao passo que muitos turistas habituais fiam felizes por passar as férias em complexos turísticos consagrados.

Assim, os ecoturistas podem não estar satisfeitos até que tenham visitado todas as áreas do mundo, levando-lhes as bênçãos do turismo.

Já Beni (2002) é um pouco mais otimista com o ecoturismo, afirmando que não é apenas turismo tradicional em áreas naturais. É atividade que tem de estar indissoluvelmente ligada ao trabalho de educação ambiental. Tem como principal elemento a contemplação e o contato com a natureza. Nele são analisados os fatores: espaço turístico natural e urbano e seu planejamento territorial; atrativos turísticos e consequência do turismo sobre o meio ambiente, preservação da flora, fauna e paisagens, compreendendo todas as funções, variáveis e regras de consistência de cada um desses fatores.

O Turismo como atividade sustentável

Segundo Beni (2002), o turismo é um eficiente meio para:

- Promover a difusão de informações sobre uma determinada região ou localidade, seus valores naturais, culturais e sociais;
- Abrir novas perspectivas sociais como resultado do desenvolvimento econômico e cultural da região;
- Integrar socialmente, incrementar (em determinados casos) a consciência nacional;
- Promover o sentimento de liberdade mediante a abertura ao mundo, estabelecendo ou estendendo os contatos culturais, estimulando o interesse pelas viagens turísticas.

Porém, pode provocar:

- Degradação ou destruição dos recursos naturais
- Perda da autenticidade da cultura local
- Descrição estereotipada e falsa do turista e do país ou região de que procede, por falta de informação adequada;
- Ausência de perspectivas para aqueles grupos da população local das áreas de destinação turística, que não obtém benefícios diretos das visitas dos turistas ou dos próprios mercado de turismo;
- Aparecimento de fenômenos de disfunção social na família, patologia no processo de socialização, desintegração da comunidade;
- Dependência do capital externo ou de estereótipos existentes em face do turismo.

Um dos princípios largamente aceitos do turismo sustentável é a idéia de que só pode ser sustentável se a comunidade local estiver envolvida em seu planejamento e em sua administração. Entretanto, mesmo onde foram feitas tentativas de se alcançar esse objetivo, tem havido problemas, como os seguintes:

- Há muitos grupos de interesse e pontos de vista individuais e não há uma maneira fácil de conciliá-los para alcançar um consenso;
- Os mecanismos que são usados para esclarecer os pontos de vista da comunidade oferecem a chance para uma minoria de porta-vozes, que influenciarão e dominarão o processo.
- Pode haver subvalorização ou ignorância dos pontos de vista locais que sejam contrários ao conhecimento vigente.
- Conflitos que o debate causa podem ser sérios e continuar por um longo tempo depois que ele termina.

Swarbrooke (2000) descreveu os principais aspectos e impactos relacionados às atividades turísticas. Podem ser benéficos ou maléficos e estão sintetizados no quadro 01:

Quadro 01 – Impactos benéficos e maléficos relacionados às atividades turísticas.

Benéficos	Maléficos
Mais atenção à conservação de comunidades locais e por parte dos órgãos do setor público	Pressão sobre línguas locais se os turistas forem incapazes ou não desejarem conversar com o pessoa de serviço na língua deles
Mais interesse na conservação de línguas dos antepassados se forem consideradas uma atração pelos turistas	Introdução de palavras estrangeiras no vocabulário
Crescimento do respeito pela religião da comunidade local por parte dos turistas	Perda de espiritualidade em localidades religiosas que se tornam dominadas pelos turistas
Desenvolvimento de novos mercados para artesanato e formas de arte tradicionais	Pressão para substituir o artesanato tradicional por outros produtos que os turistas exigem
Renovação de formas de arte tradicionais	Banalização/modificação de formas de arte tradicionais para satisfazer desejos de turistas
Aumento da conscientização de estilos de vida em todos os lugares do mundo	Aumento da influência da mídia de massa e introdução de novos hábitos alimentares
Adoção de aspectos positivos dos valores e comportamento do turista	Redução do padrão de moralidade pessoal

Fonte: Swarbrooke, 2000

Outro quadro interessante para conhecimento são os custos e benefícios econômicos do turismo:

Quadro 02 – Custos e benefícios econômicos do turismo.

Benefícios	Custos
Criação de Empregos	Má-remuneração/sazonalidade
Injeção de renda na economia local pelo efeito multiplicador	Custos de ocasião, ex.: dinheiro investido em turismo que não poderá ser usado
Auxílio para a manutenção da viabilidade dos negócios locais	
Reforma e reestruturação da economia em cidades e metrópoles onde outras atividades industriais estão em declínio	Congestionamento
Estímulo a investimentos internos	Necessidade de investir em estruturas que poderá ser utilizada apenas em parte do ano
	Excessiva dependência do turismo, tornando a economia local vulnerável a mudanças no mercado de turismo

Fonte: Swarbrooke, 2000

Alguns dos maiores impactos do turismo sobre o meio ambiente (HUNTER & GREEN, 1996):

- Transformação das características da área (paisagem)
- Excesso de infra-estrutura

- Impacto visual (novos estilos arquitetônicos)
- Danos causados por excesso de trafegabilidade (erosão e compactação)
- Poluição (sonora, atmosférica, solo, água)
- Fauna e Flora

Desde o início dos anos 90 a expressão “turismo sustentável” passou a ser utilizada com frequência. Ela encerra uma abordagem do turismo que reconhece a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade. (SWARBROOKE, 2000)

O debate sobre o conceito de turismo sustentável é um fenômeno dos anos 90. Todavia, suas origens repousam no conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável.

Por sustentável entende-se *“desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais, sem comprometer a capacidade das pessoas satisfazerem as suas no futuro”*. Trata-se, portanto, de uma perspectiva a um prazo mais longo que o usual, e envolve uma necessidade de intervenção e planejamento. O conceito de sustentabilidade engloba claramente o meio ambiente, o sistema econômico e as pessoas envolvidas.

Enquanto o termo sustentável só passou a ser usado explicitamente nos últimos 20 ou 30 anos, as idéias que o sustentam nasceram, por exemplo, nos modelos mais remotos de planejamento urbano. Swarbrooke (2000) conclui que algumas das primeiras tentativas de se alcançar o desenvolvimento sustentável tenham sido as cidades e as metrópoles que foram planejadas e desenvolvidas pelos romanos.

Pelo exposto acima, conclui-se que turismo sustentável é simplesmente uma extensão do conceito de desenvolvimento sustentável. A idéia de que o desenvolvimento deve ser sustentável data de muitos séculos. Contudo, a sustentabilidade só se tornou um assunto importante nos últimos anos em relação à indústria em geral, e ao turismo especificamente.

Ainda segundo Swarbrooke (2000), o turismo sustentável deveria estar ligado à aplicação da definição do Relatório Brundtland de sustentabilidade no turismo:

“Formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades. É economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente e o tecido social da comunidade local.”

Segundo Bramwell et al. (1996), turismo sustentável é um turismo que se desenvolve o mais rápido possível, levando em consideração a capacidade de acomodação daquele momento, a população local e o meio ambiente. Durante a Conferência Globo 90, em Vancouver, foi compilada uma lista dos benefícios do turismo sustentável:

- Estimula uma compreensão dos impactos do turismo nos ambientes natural, cultural e humano;
- Assegura uma distribuição justa de benefícios e custos;
- Gera empregos locais, tanto diretos quanto indiretos em outros setores de suporte e de gestão de recursos;
- Estimula indústrias domésticas lucrativas;
- Gera entradas de divisas para o país e injeta capital e dinheiro na economia local;
- Diversifica a economia local, principalmente em áreas rurais;
- Estimula o desenvolvimento do transporte local, das comunicações e de outras infra-estruturas básicas da comunidade;
- Cria facilidade de recreação que podem ser utilizadas pelas comunidades locais;
- Estimula e auxilia a cobrir gastos com preservação de sítios arqueológicos, construções e locais históricos;
- Encoraja o uso produtivo de terras que são consideradas marginais, permitindo que vastas regiões permaneçam cobertas por vegetação natural;

- Intensifica a auto-estima da comunidade local e oferece a oportunidade de uma maior compreensão e comunicação entre os povos de formação diversas;
- Demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para a economia de uma comunidade e seu bem-estar social, e pode ajudar a preservá-los;
- Monitora, assessora e administra os impactos do turismo, desenvolve métodos confiáveis de obtenção de respostas e opõe-se a qualquer efeito negativos.

Diagnóstico e Inventário do Potencial Turístico

De acordo com WWF (2003), o levantamento do potencial turístico representa a primeira e fundamental etapa do processo de planejamento estratégico da atividade turística. Inventariar é pesquisar e relacionar, de modo quantitativo e qualitativo, os bens (atrativos naturais ou culturais, acessos) e serviços (meios de hospedagem e guias) de uma determinada região. O inventário deve fornecer dados importantes para uma análise da situação atual da região de interesse e, no final deste processo de coleta e análise de dados, tem-se um diagnóstico do potencial turístico.

Segundo Beni (2002), há a necessidade de se definir previamente os indicadores que subsidiarão o inventário, que por sua vez, se baseia nos indicadores selecionados e deve ser realizado de maneira objetiva e sistemática; os dados obtidos demonstrarão a variedade de condições dos indicadores. Os inventários de recursos podem ser conduzidos em diferentes níveis de detalhe. O produto final será um mapa ou matriz das condições existentes em cada indicador ao longo da área inventariada.

O processo de planejamento, aplicação e análise do inventário turístico é um conjunto de atividades que interage com diversas outras. Percebe-se que o inventário subsidia as ações de análise de viabilidade (WWF, 2003).

Segundo Boiteux e Werner (2002), o inventário turístico é o início de uma série de ações preliminares para viabilização do empreendimento turístico:

1. Inventário turístico – levantamento do potencial turístico de determinada localidade e a hierarquização dos atrativos para segmentar a demanda;
2. Criação da sinalização turística – comunicação visual dos atrativos turísticos, e, linguagem padronizada e contemplada nos idiomas da demanda encontrada;
3. Informação turística – disponibilização de informações ao consumidor turístico, tais como postos de informações, etc.;
4. Capacitação turística – formação e a reciclagem dos prestadores de serviços nos cargos operacionais e gerenciais, assim como a conscientização da população;
5. Medidas legislativas – criação de uma política de incentivos fiscais;
6. Promoções turísticas – Efeitos multiplicadores de empreendedorismo vinculado ao turismo;
7. Aferição da qualidade – garantia do produto final e/ou aprimoramento nos rumos do produto.

Beni (2002), descreve o planejamento turístico nas seguintes fases:

1. Qualificação vocacional do território (Zoneamento) – categorias, níveis de densidade e índices de densidade;
2. Inventário dos atrativos turísticos – Oferta absoluta, efetiva e total;
3. Vocação turística do núcleo receptor – A demanda por turismo apresenta ainda uma especificidade própria, consoante às diversas motivações, necessidades e preferências dos

turistas pelo principal produto permanente ou eventual, que imprime sua vocação turística e seu conseqüente poder de atração, permitindo-lhe uma afluência autodeterminada ou dirigida;

4. Análise das instalações – Levantamento das instalações de recreação existentes e das possibilidades físicas e econômicas de implantação de novas instalações;

5. Inventário das instalações – O inventário indica as instalações e recursos turísticos existentes, sendo esses dados considerados como as necessidades de recreação e turismo;

6. Inventário combinado com projeções de população – O objetivo é relacionar a distribuição espacial local com a localização das instalações turístico-recreativas. O resultado é usualmente localizado em um mapa em que estão situadas as instalações existentes e as projetadas;

7. Capacidade de Utilização – Indica o limite das possibilidades do ambiente físico e ecológico para atender às necessidades do consumidor quanto a atividades de recreação e turismo. É o elo que relaciona valores físicos com as preocupações, preferências e atividades das pessoas engajadas em recreação e turismo. A partir da capacidade de utilização de cada instalação é projetada a demanda. Parte da oferta de recreação para projetar a demanda.

Somente após o conhecimento do potencial atrativo, das lacunas e dificuldades para implementação e da visão e expectativas da comunidade é que um programa ou projeto de ecoturismo deve ser implantado (WWF, 2003).

3. Materiais e Métodos

3.1 Área de Estudo

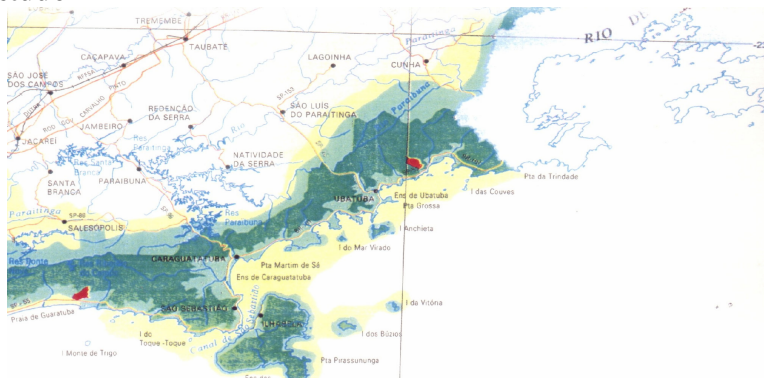


Figura 01 – Localização da T.I. Boa Vista no Estado de São Paulo.

A Terra Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim localiza-se no município de Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo. Abrange uma área de 920,66 ha. Sua demarcação física foi homologada através do Decreto Presidencial n.º 94.220, de 14 de abril de 1987. É cercada pelo PESH e está totalmente inserida na Área Natural Tombada da Serra do Mar e na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, em um vale das encostas montanhosas da Serra do Mar, recortada por vários rios e riachos, dentre eles o Rio Promirim. Nela são encontrados praticamente todos os ecossistemas representativos do bioma Mata Atlântica, com predominância da Floresta Ombrófila Densa.

A Floresta Ombrófila Densa é caracterizada por fanerófitos (macro e mesofanerófitos), lianas lenhosas e epífitas em abundância; dossel contínuo com cerca de 30m, além de árvores emergentes. Elevadas temperaturas (médias de 25° C) e alta precipitação, bem distribuída ao longo do ano, sem período seco. Predominam lotossolos distróficos e excepcionalmente eutróficos, originados de vários tipos de rochas, desde granitos e gnaisses até arenitos com derrames vulcânicos (VELOSO et al., 1991, apud SMA/SP, 1998).

Segundo Sant'anna (1995) (*apud* SMA/SP, 1998), no litoral norte, o período de chuvas se estende de novembro a abril, sendo que o semestre menos chuvoso acontece entre maio a outubro. Em 53 anos de análise (1941-1993), percebe-se uma forte tendência de diminuição das chuvas em Ubatuba na ordem de 20%, a maior do litoral paulista.

Conforme a SMA/SP (1998), no Município de Ubatuba existe um levantamento da vegetação da Floresta Atlântica de Encosta realizado por Silva & Leitão Filho (1982), em uma área da Estação Experimental do Instituto Agrônomo de Campinas; e um segundo levantamento, realizado 12 anos mais tarde, na área em que se encontra o Núcleo Picinguaba, às margens do Rio da Fazenda, realizado por Sanchez (1994) (*apud* SMA/SP, 1998). Este fato ilustra como o conhecimento deste tipo de vegetação é ainda incipiente uma vez que apenas dois levantamentos florísticos foram realizados em ambientes com características distintas, apresentando uma composição de espécies bem diferenciada.

Segundo Sanchez (1994) (*apud* SMA/SP, 1998), a Serra do Mar proporciona grande heterogeneidade ambiental, com encostas voltadas para o mar e para o continente, fazendo com que regimes de ventos, salinidade e precipitação sejam diferentes. Além disso, variações topográficas, solos com diferentes fertilidades, profundidades, idades pedogenéticas propiciam condições diferenciadas para o estabelecimento das espécies. Esta grande heterogeneidade ambiental é um indicador da grande diversidade de espécies encontradas na Mata Atlântica.

3.2 Inventário do Potencial Turístico

Os roteiros foram escolhidos de forma participativa. Após esta definição, os trajetos foram percorridos, avaliando-se os níveis de dificuldade e coletando-se as coordenadas (pontos e linhas); além disso, os potenciais pontos interpretativos foram fotografados. As coordenadas coletadas foram plotadas em imagem orbital georreferenciada e, através delas, obteve-se o comprimento.

Após estas etapas, houve diálogo com a comunidade sobre as estimativas de benefícios e riscos envolvidos, tais como a necessidade de pequenas melhorias nos trajetos, mas incerteza se haveria financiamento para tais melhorias. Através de assembléias, foi elaborada uma matriz de aspectos e impactos, no qual estes foram sintetizados por própria vontade da comunidade.

3.3 Sistema de Posicionamento Global e Imagens Orbitais

Para a coleta das coordenadas geográficas dos pontos atrativos e dos roteiros, foi utilizado receptor de navegação Garmin V, sendo posteriormente plotados em imagem orbital CBERS, mosaico georreferenciado em composição RGB com resolução de 15m.

Foram utilizados *Autodesk CAD 2000* para os desenhos e *ESRI Arc Map 9.2* para o georreferenciamento.

4. Resultados e Discussão

De forma participativa, foram eleitas 2 opções de roteiros: um nos arredores da aldeia e outros dois, um pouco mais distante, contemplado caminhada pela Mata Atlântica.

Abaixo, a plotagem dos roteiros sobre imagem CBERS. Os números indicam os roteiros, sendo: 1 (roteiro nos arredores da aldeia) e 2-3 (roteiros mais distantes).

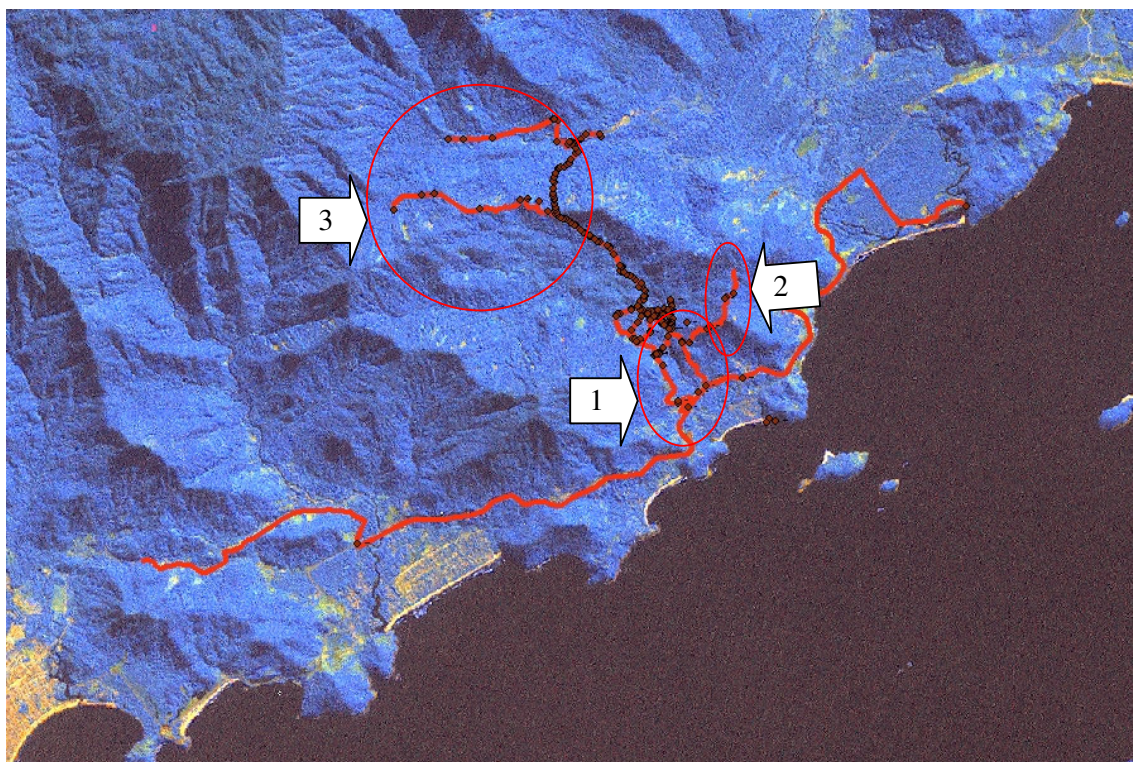


Figura 02 – Plotagem dos roteiros sobre imagem orbital CBERS 2

O pressuposto temático destes roteiros é o seguinte:

Roteiro 1: Percurso “cultural”, onde o visitante tem a oportunidade de vivenciar o cotidiano dos guaranis na aldeia, observando de perto, os espaços privados (moradia e seus quintais) e os espaços públicos (locais destinados ao convívio social Guarani).

Roteiros 2 e 3: Percurso “florestal”, onde o visitante tem a oportunidade de realizar uma trilha na Floresta Atlântica acompanhado de um guia guarani, cujas percepções, opiniões, mitos, etc., enriquecerá a experiência proporcionada ao visitante.

No Quadro 03, estão descritos as distâncias, tempo médio e níveis de dificuldade para os roteiros propostos e para os acessos à Aldeia.

Quadro 03 – Descrições das medições obtidas nos roteiros

Roteiro/Trilha	Distância (Ida e Volta)	Duração Estimada	Nível
1 - Aldeia	2.395m (15ha)	2h	Médio
2. Pedra Branca	3.342m	4h	Difícil
3. Serra	9.556m	8h	Difícil
Acesso Atual	1.600m	-	-
Acesso Antigo	775m	-	-

A chegada na Aldeia pode gerar decepção ao visitante, que possui expectativas de um arranjo visual diferenciado e se depara com um aspecto tipicamente rural, à beira da BR-101. Não há qualquer alegoria que possa atrair; apenas uma rua não-pavimentada, casas de moradores locais e turista (não-índios) e um bar e mercearia. Após 1.600m através de uma estrada rural precária, chega-se à entrada da Aldeia. É necessário frisar que o acesso antigo não possibilitava a entrada de veículos, já que tratava-se apenas de uma picada pela mata, sem qualquer placa ou indicação. Ao chegar no local, há uma vista panorâmica com belo aspecto cênico, para a baía do Promirim (praia mais conservada de Ubatuba) – próprio nome da

Aldeia – por outro lado há uma infra-estrutura básica: escola infantil, posto de saúde e uma construção destinada ao zelador (caseiro), todas de alvenaria e com estilo arquitetônico comum, não proporcionando ao visitante qualquer experiência de um ambiente indígena.

Roteiro 1 - Aldeia

Ao longo do Roteiro 1, é possível contemplar diversos atrativos, tais como a Casa de Reza, local onde são realizadas as rezas, espetáculos artísticos de música e dança e exposição de artesanatos, Casa de Cultura, ainda em construção³, Poços do Promirim e, obviamente, a observação do cotidiano Guarani. Considerando-se as belezas naturais, o roteiro 1 apresenta algumas quedas d'água, existentes no percurso do Rio Promirim, que desembocará na praia do Promirim, sentido morro abaixo. Outra atração potencial presente no roteiro 1 são os diversos estilos arquitetônicos encontrados na aldeia, com casas de madeira, sapé e, mais contemporâneo, um projeto de construção de 50 casas padronizadas. Ao longo do percurso do roteiro 1 pode-se observar diferentes cenários que abordam desde aspectos relacionados à religião, culturais e antropológicos. A idéia temática deste roteiro é a proximidade da “vida como ela é”, em uma terra indígena, contemplando passagens próximas às casas dos moradores locais, visualização de atividades cotidianas, tais como lavagem de roupa, banho às crianças, manutenção no quintal de roçados, brincadeiras das crianças. Um ponto de atenção em relação a este percurso é relacionado às condições precárias em certos trechos da trilha, geralmente sombreados e, portanto, permanentemente úmidos, locais que demandaria maior atenção com manutenção para o recebimento de visitantes.

Roteiros 2 e 3 – Mata Atlântica

Principais Atrativos: Vistas Panorâmicas e Árvores Expressivas.

Os roteiros 2 e 3 são mais extensos e seus objetivos voltados para a Floresta Atlântica e, principalmente a possibilidade de realização da trilha acompanhado de um guia Guarani, com suas observações, percepções, etc. que obviamente, enriquecem a experiência.

Infra-Estrutura

A infra-estrutura básica para o recebimento de visitantes depende das próprias instalações da Aldeia (Posto de Saúde e Escola, basicamente). Segundo as lideranças locais, haverá espaço para estacionamento. Há proibições para consumo de álcool e outras drogas (com exceção de nicotina) durante o passeio. Em relação à possibilidade de acampamento, atualmente são proibidos em T.I's, porém se a comunidade assim o quiser (autonomia), provavelmente será possível contemplar esta modalidade também.

Discussão Final

A indústria do turismo e os turistas têm um interesse especial por culturas fossilizadas, que sejam pitorescas ou interessantes, por causa de seu valor de novidade ou pelo contraste com a cultura dos próprios turistas. Os folhetos estão repletos de menções como “intactos” e “inesgotável”. No entanto, a cultura está sempre mudando, e é provavelmente impossível e indesejável tentar preservar culturas. Parece estranho falar emocionalmente e nostalgicamente da necessidade de conservar uma cultura tradicional, que já vem sendo rejeitada por jovens autóctones, ávidos por adotar a cultura dos próprios turistas (pelo menos os hábitos de consumo). Existe o risco de que o interesse de hoje em conservar as culturas de ontem faça com que as novas culturas do amanhã sejam um tanto artificiais e carentes de dinamismo. Além disso, nenhuma cultura é estática. Sendo assim, não se pode esperar dos *Mbyá*, que tem um convívio freqüente com a sociedade nacional envolvente, mesmo que este convívio se de

³ Obra financiada pelo MMA e MDS, através do Programa Carteira Indígena – com previsão para término em 2008

geralmente de maneira reservada, não cogitem novas possibilidades de subsistência, ainda mais quando os seus meios vão sendo radicalmente modificados.

Por isto a importância de se realizar estudos para dimensionamento da capacidade de carga e limites aceitáveis de mudanças (capacidade de utilização) antes do início de um empreendimento turístico. A capacidade de utilização indica o limite das possibilidades do ambiente físico e ecológico para atender às necessidades do consumidor de atividades de turismo e recreação. A partir da capacidade de utilização de cada instalação é projetada a demanda correspondente. A definição da capacidade é dada pelo somatório das capacidades de utilização em face dos padrões de espaço requeridos para recreação e ocupação global do território. A capacidade de carga de recurso turístico consiste no número máximo de visitantes, em um determinado período de tempo, que uma área pode suportar, antes que ocorram alterações por perturbações (novas ocupações, estradas, etc.). A análise da capacidade de carga turística é um instrumento que procura garantir a qualidade da oferta turística, conciliando diferentes fatores, como: satisfação dos turistas e da população residente, viabilidade econômica dos equipamentos, infra-estrutura turística, qualidade do meio ambiente e, ainda, busca conjugar os elementos tempo curto e tempo longo, ou seja, o tempo limitado que os visitantes dispõem para visitar e explorar a região com a perenidade da mesma. É o ponto a partir do qual o ambiente físico, econômico e social será degradado, levando à destruição da imagem turística com o conseqüente descontentamento do visitante e da penalização da qualidade de vida da comunidade local. E ainda: com esse conceito pretende-se estabelecer, do ponto de vista quantitativo, o número de visitantes e o nível de desenvolvimento susceptíveis de não terem conseqüências negativas sobre os recursos naturais e culturais de um destino turístico.

Um potencial instrumento metodológico para prevenir os impactos negativos do turismo é o *Antimarketing*, que está estreitamente ligada ao conceito de capacidade de carga e é conveniente ser feito após a determinação da capacidade de carga da localidade. O *Antimarketing* implica na manipulação de ações de marketing para desmotivar ou não estimular turistas potenciais a visitarem determinadas destinações. O antimarketing implica na manipulação de ações de marketing para desmotivar ou não estimular turistas potenciais a visitarem determinadas destinações (RUSCHMANN, 1989).

5. Conclusões e recomendações

Turismo Sustentável

O turismo sustentável não pode ser separado do debate mais amplo sobre desenvolvimento sustentável em geral. Uma vez que a política de turismo sustentável encontra-se amplamente voltada para a distribuição de recursos finitos, é importante reconhecer que se trata de uma questão abertamente política; por isso, as soluções têm de ser políticas, e não meramente tecnocráticas. É preciso mais ênfase na dimensão social do turismo sustentável em termos de equidade social e impactos socioculturais. O turismo deve ser percebido como justo por todas as partes envolvidas, havendo viabilidade econômica de longo prazo no que se refere às organizações e destinações de turismo, baseando nos princípios do preço justo. A compatibilização entre geração de renda e conservação tem gerado mais mudanças do que preservações e fossilizações. Por isto, o gerenciamento adequado deve assegurar que o turismo opere de acordo com o conceito de “limites de alterações aceitáveis”, obviamente sem comprometer a capacidade de suporte ou carga.

Aldeia Boa Vista

Há atrativos em potencial para organizar programas turísticos na aldeia Boa Vista do Sertão do Promirim, porém deve haver ações para evitar ou minimizar os riscos citados na matriz de aspectos e impactos – intensificação dos processos de aculturação e sobrepopulação no local,

aumentando a pressão sobre os recursos naturais e ambientais. Um programa estruturado de Turismo envolverá capacitação e formação de monitores. Esta capacitação deverá ser compatível com as características culturais da comunidade. Uma ótima oportunidade é conjugar conhecimentos acerca dos recursos naturais e culturais regionais, com estórias, mitos e lendas Guarani. Os principais aspectos e impactos a serem aprofundados em estudos posteriores estão resumidos no quadro 04, construído coletivamente com os moradores locais:

Quadro 04 – Principais aspectos e impactos envolvidos nos roteiros da T.I. Boa Vista.

Aspectos	Impactos	
	Positivos	Negativos
Aporte de Renda	X	
Intensificação de processo de aculturação		X
Intercâmbio de saberes e experiências	X	
Pressão sobre recursos naturais e ambientais		X

Recomenda-se uma avaliação da capacidade de carga e a coordenação de um programa estruturado de turismo, de maneira análoga às ações ocorridas na comunidade caiçara de Cambury e no próprio Núcleo Picinguaba, contemplando o Sertão da Fazenda e a Vila de Picinguaba.

Referências

- BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo, Ed Senac, 2002. 502p.
- BOITEUX, B.; WERNER, M. **Promoção, Entretenimento e Planejamento Turístico**. São Paulo, Série Turismo, Ed. Aleph, 2002, p. 67-68.
- BRAMWELL, B.; et al. (Ed.). **Sustainable Tourism Management: Principles and Practice**. Tilburg University Press, Tilburg, Netherlands, 1996, p. 19-20.
- CHASE-SARDI, M. **El precio de la sangre. Tuguy Ñeë Repy: Estudio de la Cultura y el Control Social entre los Avá-Guarani**. Assuncion: Biblioteca Paraguaya de Antropología/Centro de estudios Antropológicos de la Universidade Católica, 1992. 363p.
- CHEROBIM, M. **Os índios Guarani do litoral do Estado de São Paulo: Análise antropológica de uma situação de contato**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986. 204p.
- CICCARONE, C. A viagem anterior. In: MELIÁ, B. (Org.). **Suplemento Antropológico**, 2000, p.40-60.
- FELIPIM, A. P. **O sistema agrícola Guarani Mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso na Aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP**. Piracicaba, 2001. 120p. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, 2001.
- GARLET, I. **Mobilidade Mbyá: História e significação**. Porto Alegre, 1997. 190p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.
- GLOBE 92. **Tourism Stream. Challenge Statement**. Vancouver, Canadá, 1992, p.14
- HUNTER, C.; GREEN, H. **Tourism and the Environment: A Sustainable Relationship**. Routedge, London, 1995.
- HUNZIKER, W.; KRAPP, K. **Algemeine Frendenverkehrslehre**. Zurique, 1942, p. 36.

LADEIRA, M.I. **“O Caminhar sob a luz”- o território Mbyá à beira do oceano.** São Paulo, 1992. 199p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

LADEIRA, M.I. *Yvy marãey*. Renovar o eterno. In: MELLÍÁ, B. (Org). **Suplemento Antropológico**, 2000, p.81-100.

McINTOSH, E. R. **Tourism principles, practices, philosophies.** Ohio, Columbus University, 1977, p. 34.

MONTEIRO, J. M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994, 300p.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 470p.

RUSCHMANN, D. V. de M. et alli. Estação Ecológica Juréia-Itatins: determinação da capacidade de carga balneário-recreativa na cachoeira do Paraíso – São Paulo. In: **Turismo em Análise.** São Paulo: ECA/USP, 1989.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Planos de Manejo das Unidades de Conservação: Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Picinguaba.** Plano de Gestão Ambiental - fase 1, São Paulo, 1998, 183 p.

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani.** 3^a ed. São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1974, 190p.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável – Conceitos e Impactos Ambientais.** São Paulo: Série Turismo, Ed. Aleph, 2000, p. 13-71.

VIETTA, K. Os Homens e os deuses: a concepção dual da alma humana e a construção *Mbyá* da pessoa. In: Meliá, B. (Org.). **Suplemento Antropológico**, 2000, p. 62-79.

WWF. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável.** 2003, 470p

<<http://www.funai.gov.br>>, acesso em: 05 fev. 2003.

<<http://www.socioambiental.org.br>>, acesso em: 25 nov. 2002.